



Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Geografia - UFPR

EQUÍVOCOS NOS USOS DA DIVISÃO REGIONAL OFICIAL NO ESTADO DO PARANÁ

MISCONCEPTIONS IN USE OF THE OFFICIAL REGIONAL DIVISION IN THE STATE OF PARANA, BRAZIL

(Recebido em 03.10.2012; Aceito em 13.02.2013)

Sergio Fajardo

*Profº Drº do Departamento de Geografia e do Programa de
Pós-Graduação em Geografia – UNICENTRO
Guarapuava, PR, Brasil
e-mail: sergiofajardo@hotmail.com*

Resumo

O presente artigo aborda as divisões regionais oficiais efetuadas pelo IBGE que são utilizadas como parâmetro dos estudos regionais e do planejamento. O reconhecimento e a identificação dos recortes regionais se fazem necessários como elementos norteadores. É fato que a diversidade de regionalizações, apesar de ser válida no sentido de atender a objetivos e áreas específicas, provoca confusões na identificação das regiões não apenas no indivíduo comum, como também nos meios acadêmicos, sobretudo, fora do âmbito da Geografia. No caso do Estado do Paraná esses equívocos são comuns.

Palavras-Chave: divisão regional, regiões, Estado do Paraná.

Abstract

This article focuses the official regional divisions made by IBGE Institute, from Brazil. The recognition and identification of the regional sections are necessary as guidance elements. It is a fact that the diversity of regionalization, although valid in order to

meet the goals and specific areas, causing confusion in identifying the regions not only in the ordinary individual, but also in academic circles, particularly outside the scope of Geography. In the case of Paraná State these misunderstandings are commons.

Keywords: regional division, region, State of Parana

Introdução

As divisões regionais oficiais permitem uma orientação geral para definição de recortes espaciais com as mais diversas finalidades. No âmbito governamental estas têm servido como base referencial do território para o planejamento e aplicação de políticas públicas, bem como para formação de um referencial de informações e dados estatísticos sobre o país.

Admitindo-se que é necessário esse parâmetro de recortes regionais é primordial o conhecimento das divisões regionais oficiais. Caso contrário a confusão e os equívocos na definição das regiões tendem a surgir como elemento complicador das ações e do planejamento.

O presente artigo tem como objetivo apontar alguns problemas inerentes ao uso (ou não uso) das regionalizações oficiais. Do ponto de vista geográfico, justifica-se aqui o papel e a preocupação da ciência que se ocupa da condição espacial parâmetro para outras regionalizações. Metodologicamente, partiu-se de um levantamento histórico das divisões regionais apoiado, teórico-conceitualmente, em obras consideradas relevantes para a discussão.

As divisões regionais brasileiras

A noção de diferenciação de áreas constitui a base da compreensão conceitual da região. No decorrer da história do pensamento geográfico a tradição corográfica, ou seja, dos estudos de área, representou um dos principais enfoques da Geografia (PATTISON, 1976). Com Ritter, Hettner, La Blache, Hartshorne, e outros, a região foi, sob vários enfoques, tratada como objeto central dos estudos geográficos. Assim, a região recebeu vários adjetivos e classificações: região

natural, região histórica, região-paisagem, região econômica (DOLFUS, 1982). A aplicação dos conceitos de região nas divisões administrativas materializou os processos de regionalização e as definições regionais. Os recortes regionais passam a compor as políticas públicas voltadas ao planejamento da organização territorial.

O território brasileiro teve na sua ocupação inicial, ainda como colônia, uma divisão em doze capitanias hereditárias. O Brasil já foi Principado em 1763, Vice-Reino em 1815, Reino com a Independência e passou a República em 1889. Em 1891 as Províncias se convertem em Estados e o Município Neutro (Rio de Janeiro) passa a constituir o Distrito Federal (IBGE, 1980). Um tipo de regionalização que predominou, pelo menos enquanto nomenclatura, do período colonial até a República Velha fora as Freguesias ou Paróquias que existiam enquanto unidades administrativas do país (SILVA e LINHARES, 1995). Alterações consecutivas acontecem no século XX na medida em que são desmembrados Estados, criados e extintos territórios (Tabela 1).

Tabela 1 – Alterações na divisão territorial-administrativa brasileira

Ano	Alteração na divisão territorial-administrativa
1903	Criação do Território Federal do Acre
1942	Criação do Território de Fernando de Noronha
1943	Criação dos Territórios Federais do Amapá, Guaporé (Rondônia), Rio Branco (Roraima), Ponta Porã e Iguaçu.
1946	Extinção dos Territórios de Ponta Porã e Iguaçu.
1956	Mudança de denominação de Território Federal do Guaporé para Território Federal de Rondônia
1960	Mudança da Capital Federal para a recém inaugurada Brasília. Rio de Janeiro é dividido em duas unidades da Federação, com a criação do Estado da Guanabara.
1962	Elevação do Território Federal do Acre à condição de Estado Território do Rio Branco passa a ser denominado Roraima
1974	Fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro (transferência da capital estadual de Niterói para Rio de Janeiro)
1977	Estado do Mato Grosso é dividido em dois: Mato Grosso do Sul e Mato Grosso.
1981	Elevação do Território Federal de Rondônia à condição de estado
1986	É criado o Estado de Rondônia
1988	Com a Constituição, Territórios são convertidos em Estados. Criação do Estado de Tocantins. Fernando de Noronha é incorporado a Pernambuco.

Fonte: IBGE (1980; 1989; 2008).

Os recortes que formam a divisão territorial brasileira são diferenciados segundo dinâmicas distintas de atualização, atendendo diversas demandas e

interesses distintos (LIMA, 2002). No entanto, a única orientação geral (ainda que nem sempre seja a ideal) que permite uma padronização e parâmetros para utilização, atualmente, pela maioria dos órgãos públicos é a regionalização oficial levada a cabo pelo IBGE.

Desse modo, as primeiras divisões regionais oficiais no Brasil são elaboradas logo após a criação do IBGE. Em 1938 há uma divisão inicial do espaço brasileiro que, com a preocupação de integração econômica do território priorizou o critério da localização (DUARTE, 1980).

Em 1941¹ há uma divisão regional mais precisa. O Brasil é dividido em grandes regiões. Basicamente, a divisão regional do território brasileiro em macro-espacos constituiu-se num quadro único que continha espacos de hierarquia menor numa sucessão escalonada. Como enfatiza Geiger (1970) as grandes regiões correspondiam às extensões designadas atualmente como Macrorregiões.

O país ficou dividido em cinco seções correspondentes às cinco grandes regiões, e em 1945 são estabelecidas as unidades menores, chamadas “zonas fisiográficas” (IBGE, 1989). O geógrafo Fabio de Macedo Soares Guimarães, responsável pela divisão influenciado por Giuseppe Ricchieri (italiano) e por Delgado de Carvalho (ANDRADE, 1987).

Para as Grandes Regiões, ainda que aparentemente de critérios físicos que caracterizam as “regiões naturais” tenham sido considerados para o delineamento dos limites, a política do Estado Novo de Vargas foi orientada no sentido da centralização do poder e desenvolvimento das funções de planejamento (BEZZI, 2004). Apesar de toda a orquestração política no processo geral de regionalização, também critérios técnicos foram utilizados relação para estabelecer uma identificação de “regiões elementares” levando em conta aspectos geológicos, do relevo, do clima e da vegetação. Nesse caso, aceitava-se que esses elementos, além de influenciarem, às vezes até mesmo dominavam uns sobre os outros. Ressaltava-se que, conseqüentemente, o fato de que na Amazônia há a predominância do fator botânico, da mesma forma que nos Alpes predomina o fator relevo e o fator clima no Saara. Deve-se ressaltar que o fator natural não foi

¹ Essa regionalização foi oficializada no início de 1942, por meio da Circular nº 1 da Presidência da República de 31/01/1942, conforme Ministério do Planejamento (2006, p. 25).

preponderante enquanto condição decisiva para a regionalização, mas foi utilizado como justificativa para consolidação da opção política de centralização. Assim, os vastos espaços do território, presentes nos imensos blocos das macrorregiões apresentam-se de forma distinta.

Especificamente, para a definição das chamadas “Zonas Fisiográficas”, houve a influência da escola francesa, de nomes como Jean Brunhes e Camille Valloux (IBGE, 1989), considerando assim os aspectos humanos (históricos e econômicos).

Nesse sentido, o critério principal para recorte dos espaços foi a diferenciação do quadro natural. Isso é bastante nítido quando se observa atualmente a diferenciação entre o Nordeste semi-árido, o Norte dominado pela floresta Amazônica ou o sul de clima mais ameno. Os recortes, no entanto, respeitariam os limites administrativos das unidades da federação.

Tendo como base as diferenças naturais, essa primeira divisão regional reflete muito mais que uma tradição geográfica naturalista. Para Castro (1994) havia entre os brasileiros uma incapacidade de se perceber à época diferenças que não sejam paisagísticas, pois isso significaria abalar o mito consagrado da unidade territorial. A necessidade de se prevalecer um sentimento de unidade territorial era base para unidade política e para o nacionalismo.

O fator natural foi também empregado para dividir as regiões em sub-regiões (espaços mesorregionais). No caso dos espaços microrregionais, a criação das regiões denominadas “zonas fisiográficas” utilizou-se, como critérios, aspectos históricos e sócioeconômicos. Essas zonas representavam um nível hierárquico inferior.

De acordo com Geiger² (1970), o maior problema ao conceber unidades espaciais econômicas menores, determinadas por unidades físicas maiores, estava no fato de que essa antiga divisão regional freou a compreensão dos amplos

² Pedro Pinchas Geiger foi um dos geógrafos responsáveis no então IGB pela realização da divisão regional do Brasil no final dos anos 1960. Em seu texto original, apresentado na I Conferência Nacional de Geografia e Cartografia, realizado no Rio de Janeiro em setembro de 1968, o autor faz argumentações que demonstram o problema da desatualização da então divisão regional do Brasil. Ele propõe ainda que a divisão ideal para os macro-espaços brasileiros seria a partir do reconhecimento dos três blocos geoeconômicos: Amazônia, Nordeste e Centro-Sul, o que na prática nunca ocorreu oficialmente, ficando restrita às análises econômicas do território.

mecanismos econômicos e sociais que integram as diversas partes do território nacional num sistema nacional.

Em 1968 é apresentada pelo IBGE uma nova divisão regional do Brasil. Foram criadas a então denominadas microrregiões homogêneas, como agregados espaciais do território nacional. O Brasil contava com 22 Estados, 4 Territórios e o Distrito Federal além de 361 microrregiões homogêneas que retratavam a realidade sócio-econômica da época, utilizando informações dos censos de 1960 e estatísticas da produção agrícola e industrial de 1965 (IBGE, 1989). E a partir do Censo de 1970 as estatísticas censitárias começam a ser divulgadas pelas microrregiões homogêneas, que substituíram as zonas fisiográficas.

Foram individualizadas áreas que se identificam por certa forma de combinação dos elementos geográficos sempre dentro de determinado nível de generalização. O País foi dividido em unidades homogêneas que passaram a ser denominadas Microrregiões Homogêneas. A finalidade dessa divisão regional é servir de base para a tabulação dos dados estatísticos, em substituição às antigas Zonas Fisiográficas. Se bem que fatores de ordem econômica não tivessem sido omitidos, a delimitação das zonas foi baseada fundamentalmente em critérios de natureza fisiográfica e de posição geográfica (AMERICANO et al, 1976, p. 172).

Somente em 1977³ é criado o nível intermediário denominado mesorregião. O agrupamento das microrregiões homogêneas resultou nas mesorregiões homogêneas. Essa divisão só se altera em 1986 com a divisão do Estado do Mato Grosso que representou uma reorganização das meso e microrregiões homogêneas nesses Estados.

A revisão completa dessa divisão regional ocorre em 1989. O IBGE justificava as mudanças apontando as inúmeras transformações verificadas na organização sócio-econômica do país. A reorientação da estrutura produtiva do território nacional deixava a divisão regional de 1968 desatualizada e anacrônica em relação às atuais formas de organização do espaço, não correspondendo com a realidade brasileira (IBGE, 1989).

Para a identificação das mesorregiões e microrregiões geográficas, considerou-se como parâmetro da delimitação e identificação das microrregiões,

³ Outro fato relevante foi a institucionalização pelo IBGE das regiões metropolitanas em 1974, com a divisão regional do Brasil em regiões funcionais urbanas (AMERICANO et al, 1976).

denominadas “geográficas” a partir de então, conforme Bragueto e Carvalho (1990), o processo social (determinante); quadro natural (condicionante); e rede de comunicação e de lugares (articulação). Vale ressaltar que a idéia de uma região que considera elementos do planejamento e aspectos da articulação são encontrados, por exemplo, nas regiões polarizadas, que no Brasil tem como exemplo as regiões metropolitanas criadas na década de 1970 (ANDRADE, 1976).

Resultado dessa atualização foi uma readequação de muitas das meso e microrregiões às novas realidades. Por exemplo: um município foi incorporado a uma determinada mesorregião em razão da similaridade e homogeneidade pelo predomínio de certo tipo de produção agrícola, mas com o desenvolvimento da estrutura produtiva essa identificação não fazia mais nenhum sentido. Uma série de variáveis estatísticas relativas à produção agropecuária e industrial, serviços, trabalho e população foram utilizadas na definição das micro e mesorregiões geográficas (IBGE, 1989).

Além dessa regionalização oficial, há a identificação de espaços regionais, historicamente construídos e definidos no território. Retomando a idéia de Geiger (1970), Corrêa (1997) reconhece a existência de uma nova organização regional do espaço brasileiro resultante de processos sociais e econômicos, que divide o país em três grandes regiões: Centro-Sul, Nordeste e Amazônia. No entanto essa divisão, na prática, é utilizada para fins de planejamento, como por exemplo, quando define áreas de abrangência de órgãos, instituições e superintendências de desenvolvimento (casos da SUDAM e SUDENE). Além disso, tem se demonstrado ser uma das mais analisadas caracterizações sócioespaciais do país.

Aspectos da divisão regional do Paraná

No Estado do Paraná o primeiro problema para sua definição regional está no fato da disputa territorial com Santa Catarina. Em 1853, ainda como província, a área administrativa do Estado correspondia a um espaço muito maior do que seu território atual ocupando quase toda a parte oeste catarinense (Figura 1).

Na evolução das divisões administrativas do território paranaense, em algumas décadas multiplicou-se o número de municípios (Figura 2). Nota-se que a divisão municipal interfere diretamente na divisão regional já que a base de uma região é a unidade municipal.

A fragmentação do Estado do Paraná pela instalação de novos municípios, levou a uma nova configuração regional. Alguns com extensas áreas abrangiam espaços com enorme diversidade natural, cultural ou demográfica⁴. Cessadas as ligações entre espaços, costumes e tradições se vêem afetados no uso de terminologias que promovam uma identidade regional.



Figura 1 – Divisão administrativa da Província do Paraná em 1853.
Fonte: Padis (1981, p. 34).

⁴ Vale mencionar os casos de Castro e Guarapuava.



Figura 2 – Divisão Administrativa do Estado do Paraná em 1950.
Fonte: Padis (1981, p. 98).

Quando a identificação de uma região por meio de um aspecto paisagístico natural coincide com a divisão oficial, como no caso dos Campos Gerais (a mesorregião Centro-Oriental Paranaense), o impacto é menor. Entretanto quando o recorte se limita à designação da localização a confusão e os enganos florescem. Foi o que ocorreu com as porções Norte (casos de Londrina, Maringá e Paranavaí) com o advento da terminologia Noroeste na divisão em micro e mesorregiões geográficas a partir de 1989 (Figura 3). Outro caso foi o ocorrido na área central do Estado, cujas divisões oficiais divergem da compreensão do senso comum.



Figura 3 – Atual Divisão Regional Oficial do Estado do Paraná em Mesorregiões Geográficas
Fonte: Ipardes (2004, p. 7).

No Paraná, como em muitas áreas do Brasil, enganos decorrentes da não utilização de uma divisão regional padronizada levam a situações curiosas, quando não confusas. É comum serem veiculadas na mídia⁵ identificações equivocadas dos recortes regionais. Por exemplo, quando determinado fato ocorre na região de Maringá a identificação regional daquele município é apresentada equivocadamente como “Noroeste”, sendo que na realidade a mencionada região é a Mesorregião Geográfica Norte Central Paranaense, que incorpora ainda Londrina e Apucarana. A própria designação de Noroeste é mais recente e engloba desde a divisão regional de 1989 as microrregiões de Paranavaí, Umuarama e Cianorte.

O mesmo acontece com os municípios de Guarapuava e Irati. Tradicionalmente Guarapuava foi conhecida por estar localizada no Centro-Oeste do Paraná, mas essa identificação, apesar de fundo histórico já que a área do município

⁵ Exemplos de notícias que ilustram a “regionalização” da localização de municípios de forma equivocada, podem ser encontrados em jornais impressos, como a Gazeta do Povo que na sua edição de 20/09/2012 reproduz a seguinte frase: “A segunda cidade do interior é Maringá, no Noroeste do Paraná, que tem quase 256.970 eleitores.” Outra edição, de 07/11/2011, traz a frase “O vereador Admir Strechar (PMDB), presidente da Câmara de Guarapuava, no Centro-Oeste do Paraná, foi afastado do cargo pela Justiça.” Nesse sentido, é comum matérias de TV que reproduzem o mesmo equívoco.

abrangeu por muito tempo boa parte da porção central e oeste do Estado, por essa razão era o único município na faixa centro-oeste⁶ é totalmente informal. Mesmo na antiga regionalização que vigorou até 1968 a zona fisiográfica onde estava localizada Guarapuava (ver mapa) já separava esse município de qualquer vínculo com Oeste ou Centro-Oeste e isso permaneceu entre 1968 e 1989 quando a microrregião homogênea de Guarapuava, denominada “Campos de Guarapuava” substituiu a zona fisiográfica. Na regionalização oficial, a única região que pode ser chamada de “Centro-Oeste” seria a mesorregião Centro-Occidental que tem como município mais importante Campo Mourão. No caso de Irati a confusão é mais atual. O município pertence à Mesorregião Geográfica Sudeste Paranaense, e por vezes sua localização é confundida, pela proximidade, como integrante do Centro-Sul (que abrange Guarapuava e Palmas).

Obviamente empresas e instituições públicas e privadas possuem suas próprias regionalizações. Entretanto as mesmas não podem servir de parâmetro geral. O que se propõe é o reconhecimento das corretas divisões oficiais para evitar equívocos nas pesquisas de âmbito acadêmico. Quando a universidade se apóia num engano, por desconhecimento ou falta de informações, tende a propagar esse mesmo equívoco. As instituições públicas servem como referência na sociedade e nada mais do que justo que estejam muito bem embasadas.

Considerações finais

A divisão regional constitui um importante mecanismo da administração e do planejamento público. Considerando a diversidade de regionalizações praticadas individualmente por iniciativa pública ou privada, faz-se necessário reconhecer um parâmetro geral de divisão regional que oriente e identifique os estudos e pesquisas,

⁶ Se antes de 1941, ou seja, da primeira divisão regional oficial do IBGE, Guarapuava por muito tempo constituía um dos poucos municípios nas partes central e oeste do Paraná, quando da regionalização essa realidade estava modificada. Conclui-se que oficialmente, pelas divisões regionais do IBGE, Guarapuava jamais pertenceu a uma região Centro-Oeste, a não ser enquanto unidade municipal que abrangia mais da metade do território estadual muito antes da criação do IBGE. Ou seja: esse município nunca pertenceu à alguma região Centro-Oeste, mas a posição geográfica de sua área englobavam o centro e o oeste do Paraná (Figura 1).

bem como para as políticas públicas. Cabe, portanto à regionalização oficial organizada e atualizada pelo IBGE, esse papel.

O geógrafo tem como uma de suas atribuições legais a regionalização, e desempenha isso nas instituições em que exerce suas atividades, como IBGE, IPARDES, prefeituras, universidades, etc. Também um dos papéis da Geografia no meio acadêmico é de orientar, segundo as contribuições especificamente geográficas, para uma melhor compreensão espacial do território. Nesse sentido a vocação regional da Geografia começa na identificação e delimitação da própria região onde se insere.

Como a divisão regional oficial tem um caráter fixo por se constituir um quadro rígido, como lembram Silva e Linhares (1995), o maior problema está na necessidade de atualização já que os critérios com os quais a Geografia trabalha são dinâmicos. O questionamento acadêmico dos recortes regionais ou a proposição de reavaliação dos mesmos devem, então, serem embasados no conhecimento das divisões regionais, seus critérios e usos.

Desse modo não se trata aqui de defender o uso rígido e irrestrito da divisão regional oficial, mas sim de apontar para a sua existência como recorte “parâmetro” cuja validade ou exatidão pode ser questionada pelo geógrafo. O maior problema encontrado nos trabalhos que fazem menção à regionalizações é que, muitas vezes, cada um adota sua própria divisão regional e não é incomum entre pesquisadores de diversas áreas o desconhecimento da regionalização oficial.

Se a divisão regional oficial responde ou não às demandas dos recortes espaciais das instituições e das pesquisas não seria o momento de propor alterações ou atualizações? Essa é uma questão que se coloca aos pesquisadores que preferem ignorá-la.

A ausência de um tratamento científico das divisões regionais por parte da Geografia incorre na perigosa abertura para interpretações equivocadas por parte do senso comum, apropriado pela mídia.

Referências

AMERICANO, Renato Pacheco (et al). IBGE: 39 anos divulgando o Brasil. **Revista Biblioteconomia**, Brasília, v. 4, n. 1, jan./jun. 1976.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Espaço, polarização e desenvolvimento**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1987.

_____. **O planejamento regional e o problema agrário no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1976.

BEZZI, Meri Lourdes. **Região**: Uma (Re)visão historiográfica – da gênese aos novos paradigmas. Santa Maria: Editora da UFSM, 2004.

BRAGUETO, Cláudio Roberto; CARVALHO, Márcia Siqueira de. Breves considerações sobre as divisões do Estado do Paraná. Londrina, **Geografia**, v.6, n. 1, 1990, p. 68-72.

BRASIL. IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Boletim de serviço**: 1763 (suplemento). Rio de Janeiro, jul. 1989.

_____. **Divisão territorial do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.

_____. **Estatísticas do século XX**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/29092003estatisticasecxhtml.shtml>. Acesso em: 11/04/2008.

BRASIL. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. Estudo da dimensão territorial do PPA: regiões de referência em escala nacional. **Documento preliminar para discussão**. Brasília, out. 2006.

CASTRO, Iná Elias de. Visibilidade da região e do regionalismo. In: LAVINAS, Lena;

CARLEIAL, Liana Maria; NABUCO, Maria Regina. **Integração, região e regionalismo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

CORRÊA, Roberto L. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

DOLFUS, Olivier. **O espaço geográfico**. 4ª ed. São Paulo: Difel, 1982.

DUARTE, Aluizio Capdeville. Regionalização: considerações metodológicas. **Boletim de Geografia Teorética**, Rio Claro v. 10, n. 20, p. 5-32, 1980.

FAJARDO, Sergio. Aspectos da ocupação, da formação da estrutura produtiva e das transformações na paisagem regional no território paranaense. **Caminhos da Geografia**, Uberlândia, v. 7, n. 2, Fev. 2007, p. 89 – 101.

GEIGER, Pedro Pinchas. Divisão regional e problema regional. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.

IPARDES – INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Leituras regionais:** mesorregiões geográficas paranaense (sumário executivo). Curitiba: Ipardes, 2004.

LIMA, Maria Helena Palmer (org.). **Divisão territorial brasileira.** Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

OLIVEIRA, Livia de. Percepção espacial e regionalização. **Cadernos da UNB.** Publicação do Seminário sobre a organização regional no Brasil, Brasília, 9-13, out. 1978.

PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica:** o caso do Paraná. São Paulo: Hucitec, 1981.

PATTISON, William. As quatro tradições da geografia. **Boletim Carioca de Geografia**, v. 1, Rio de Janeiro, 1976.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira; LINHARES, Maria Yedda L. Região e história agrária. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.8, n.15, 1995, p.17-26.